

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DISCENTE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA. O EXEMPLO DA UESB

Deyse Cardoso Souza
Discente Pedagogia. Bolsista CNPq/UESB

Tânia Regina Braga Torreão Sá
Docente do DCHL/UESB. Orientadora de IC/UESB

INTRODUÇÃO

Tomamos a iniciativa de pesquisar o tema da precarização do trabalho discente porque a literatura sobre o tema estranhamente não tem oferecido contribuições suficientes para esse tipo de análise, ao contrário do que acontece com a literatura que aborda o tema da precarização do trabalho docente. Entendemos, pois, com base no emprego dos referenciais marxistas, o trabalho como condição ontológica no mesmo sentido que Saviani entrega tal conceito, isso porque considera o homem um ser do trabalho histórico.

O envolvimento como o tema da precarização do trabalho discente se deu por meio da minha inserção como bolsista do projeto de iniciação científica, na pesquisa intitulada *A precarização do trabalho discente na UESB*, financiada pelo CNPq e coordenada por Tânia Regina Braga Torreão Sá, docente lotada no Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Jequié (DCHL/UESB).

A precarização do trabalho no sistema capitalista caminha *pari passo* com os paradoxos que se instituem dentro das contradições que formatam as relações capital/trabalho no mundo capitalista. Consideramos a precarização do trabalho discente, portanto, enquanto inerência de um sistema de relações que toma o processo de formação acadêmica, o educar no sentido *latu sensu*, enquanto ideologia de fundamental importância para reprodução da ideologia burguesa e, também para a reprodução ampliada do capital. É por isso que consideramos o trabalho discente educativo tão precarizado quanto o é de qualquer trabalhador que não detém os meios de produção.

Alçar o discente a condição de coo partícipe do processo educativo não é

novidade para os Pedagogos, até porque a compreensão do sentido dado ao conceito de trabalho educativo, dentro da visão de formação humana integral de Marx vem sendo exaustivamente debatida, e por isso mesmo profundamente mal interpretada. O engano comum praticado – talvez, intencionalmente pelos críticos do marxismo – é associar o conceito de trabalho criado esse autor com compra e venda da força de trabalho, o que o limita, sobremodo. Não nos juntamos a esses, pois, na concepção dialética: o trabalho educativo determina o modo humano de existir, criando e recriando o ser humano.

O fenômeno universal da precarização do trabalho educativo é resultado da síndrome objetiva da insegurança que subordina todas as classes trabalhadoras e que emerge enquanto resultante das relações contraditórias entre capital/trabalho.

Acredita-se que para a classe discente a precarização do trabalho esteja umbilicalmente vinculada à necessidade que os alunos têm de alçar meios que eles imaginam, assegurarão a manutenção das suas necessidades básicas. A saber: ter uma carteira assinada e melhores salários após a formatura. E em um país aonde o alcance do diploma de ensino superior pareceu ser um sonho distante durante tanto tempo, passar no exame vestibular, ainda mais numa universidade pública de qualidade como é o caso da UESB, significa para muitos, subir mais um degrau na escala de promoção social, e também, econômica.

Para o discente, muitas vezes, não importa o curso, não importa se ele está afinado com os objetivos da proposta curricular do mesmo, mas sim, se ele terá ou não o diploma do ensino superior em mãos. Consideramos que problemas ligados à precarização do trabalho discente não são recentes no país, mas constantes e crescentes, e cercam as condições de formação e de trabalho dessa classe, assim como, de todas as classes trabalhadoras. Mas não é só isso, o fenômeno da precarização afeta as condições materiais de sustentação do discente no espaço acadêmico; afeta a definição de rumos e de abrangência do ensino na universidade e outras dimensões da escolarização, processo esse sempre precarizado, na dependência das prioridades em torno das políticas públicas.

Notadamente a partir dos anos 1970 do século XX, acentua-se no país o agravamento das condições econômicas e a deterioração do sistema público de ensino, a par de sua expressiva expansão, repercutindo com efeitos desastrosos no funcionamento das universidades, especialmente nos grandes centros urbanos.

As transformações ocorridas no contexto da educação superior na década de 1990 contribuíram para a flexibilização e descentralização desse nível de ensino, favorecendo a expansão de novas instituições de ensino superior em todo o País. Entre as modificações que têm influenciado na estrutura e organização da educação superior estão às orientações de ordem jurídico-institucionais, as quais provaram alterações no

campo das políticas educacionais, resultando na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394) no ano de 1996.

Na envergadura dessas transformações estão alguns pontos presentes nas discussões internacionais sobre a educação superior: a preocupação com a ampliação da demanda e expansão, seus objetivos funções e as tecnologias de informação.

O termo precarização do trabalho tem relação com um conjunto de mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, geralmente caracterizado pela desqualificação nas relações de contrato trabalhista. Essa questão situa-se num contexto de mudança no padrão de acumulação de capital, que engendra transformações importantes na organização da produção de mercadorias. O fenômeno demonstra, mais uma vez, a velha tendência do processo de acumulação capitalista que diante das contradições sistêmicas que impedem a manutenção das taxas de lucro, intensifica a produtividade do trabalho, potencializando um nível mais elevado de exploração da mais-valia do trabalhador.

Além de desemprego, a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias, com baixa remuneração, péssimas condições de trabalho, perda de direitos, extensão da jornada de trabalho, etc,

Ante o exposto e considerando o inexorável relacionamento entre capital/trabalho e precarização, a questão que levantamos é: será que o discente da UESB se reconhece enquanto classe trabalhador(a)?; será que ele consegue identificar na rotina de desenvolvimento do trabalho acadêmico indícios do processo de precarização? Se ele afirma positivamente e a indicação desses indícios, quais seriam eles?

A centralidade da pesquisa residirá, portanto, no aprofundamento das questões e reflexões expostas nessa problematização. Enseja-se, por isso mesmo, que essas ajudem a desvelar os sentidos ideológicos omitidos ou ignorados pela leitura apressada de textos, portanto, as suas contradições, explicitando as intencionalidades político-ideológicas do projeto de educação capitalista que toma como clientela, o discente da UESB.

O desafio posto nessa problematização, é sobremaneira, pensar a “originalidade das fontes da pesquisa” – o discurso dos estudantes – no contexto socioespacial da produção de uma ordem educacional, que ressalva uma agudíssima divisão de classes, cujas repercussões se fazem sentir pelo paradoxo do acesso universalizado ao ensino superior e conseqüente perda da qualidade do mesmo. Este desafio se institui porque a realidade concreta aponta uma significativa agudização do fenômeno da precarização do trabalho discente, a despeito de – como dissemos acima – o acesso a universidade ter sido universalizado.

Como operamos com a categoria trabalho, no sentido que Marx a aplica, não podemos deixar de defender que, enquanto condição ontológica, o trabalho é, antes de tudo, um componente essencial, meio através do qual a natureza do homem – ontologia – articula-se com a “natureza da sociedade”. Quando Marx diz isso, ele quer expressar que trabalhar significa muito mais que dispendir força material ou intelectual, o trabalho torna-se uma componente essencial da natureza humana e como tal, a condição de ser humano já nos coloca na condição de sermos todos trabalhadores. Os discentes não escapam, portanto, dessa condição.

E porque nos mantemos fiéis à dialética marxista, nossa proposta é discutir as contradições que embasam o trabalho discente na UESB, sem abrir mão de reafirmar que compreendemos que esse se subordina as condições históricas. As mudanças ocorrem em função das contradições surgidas a partir dos antagonismos das classes no processo da produção social das relações de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Partimos da categoria trabalho e segundo Frigotto (1984, p.26), o trabalho é uma atividade imprescindível, porque é indispensável para a sobrevivência humana, já que estes são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, protege-se e criar seus meios de vida. O ser humano produz e reproduz a si mesmo como um ser da natureza.

Nada mais coerente nesse sentido do que a explicação sobre a dimensão ontocriativa do trabalho, que Marx nos trás:

Antes de tudo, trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza, Ele mesmo se defronta com a matéria natural, com uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeças e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza” (1983, p.149).

Os homens só se constituem homens na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Para Saviane (2007, p 17), trabalho é agir sobre a realidade e a natureza, transformando-as em objetos da necessidade humana, tornando-se a base da existência humana. Porém o conceito de trabalho se modificou sob a lógica do capitalismo, pois, perdeu a extensão original, que seria satisfazer as necessidades humanas para acatar as necessidades do capital, comprando e vendendo

mercadorias com o objetivo de, ao fim do processo, obter mais dinheiro (mais valia) em relação àquele inicial.

Pinto (2012, p. 14) define **trabalho** como um adjacente de atividades intelectuais e manuais, estabelecidas pela espécie humana e cultivadas sobre a natureza, sendo este à base da sobrevivência humana, o ato elementar e pressuposto de toda a nossa história. O trabalho solidificou a cultura dos povos e a distinção política interna de suas comunidades, assumindo, por fim, no âmbito da sociedade atual, o papel central que constitui a sociedade.

O capitalista compra a força do trabalhador, e este tem se tornado um produto mais barato do que aquele que é criado por ele.

De acordo com Lima (2011, p.344).

O objeto produzido se torna algo estranho e hostil a quem o produziu, e, quanto mais o trabalhador produz, mais aumenta esse antagonismo, pois aumenta a quantidade de objetos estranhos a ele. O trabalho perde seu sentido emancipador e o trabalhador torna-se vazio; o produto do trabalho torna-se estranho ao trabalhador.

Enquanto os seres humanos viverem sobre o escudo do capitalismo e de seu modo de produção, o trabalho com a educação não poderá ser considerado como algo que aspire a emancipação do sujeito e, infelizmente, o que se vê é que tal trabalho, regulado e subordinado pelo capital, regido pela mão pesada da produtividade se espria na universidade pública.

O caráter subordinado das práticas educativas é moldado pelo interesse do capital, já que o trabalho é o princípio educativo e fundamental de todo ser humano. Porém o caráter subordinado da educação se encontra mais presente na qualificação das classes trabalhadoras, ligadas à necessidade imediatista da produção, enquanto os filhos das classes dirigentes são preparados para governar.

As mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho e os determinantes e condicionantes das relações que envolvem as atividades laborais nas instituições é importante requisito para a construção da trajetória histórica de uma profissão, não apenas registrando fatos, mas interpretando-os e avaliando-os à luz dos movimentos educacionais e sociais mais amplos em sua concretude.

A correlação de tais movimentos ao contexto de sua produção poderá contribuir não apenas para repensar, mas, fundamentalmente, para compreender o presente. Tal

abordagem é evidenciada por Inácio Filho (2005), ao dizerem de suas preocupações em realizar estudos da realidade regional, vinculados a interpretações mais abrangentes que envolvem a história da educação brasileira, promovendo a aproximação do panorama estabelecido por esta às especificidades e singularidades locais.

É interessante notar que os elementos que norteiam o trabalho são predominantemente essenciais; qualquer falha acarreta anormalidades. Todas estas ações se inserem e contextualizam expressando o desejo de qualificação, acesso a informações e conhecimento.

O homem se faz homem a partir do trabalho, assim, é por meio dele que assegura sua existência, transformando a natureza para satisfazer suas necessidades.

Neste processo de produção de si mesmo, o homem aprende a lidar com a natureza, estando aí implícito, necessariamente, um processo educativo. Por este prisma, trabalho e educação não se separam e, historicamente, a transmissão de técnicas e formas efetivas de produção apresenta-se como garantia de continuidade e desenvolvimento humano, assim como de sua existência enquanto ser social.

Contudo, com esse aparecimento de diferentes classes que emergem com a propriedade privada, gera-se também a divisão da educação, à medida que já é possível ao homem viver do trabalho alheio e, conseqüentemente, permitido a alguns outra forma de produção: produção de tempo ocioso. Esta ociosidade, no sentido de já não ser mais necessário ao homem, ou a todos os homens, trabalhar com as próprias mãos, transformando a matéria presente na natureza, ocasiona a separação entre educação e trabalho.

Cria-se a educação escolarizada, em que o processo educativo não mais se constitui em uma ação espontânea e a existência humana deixa de ser caracterizada pelo modo coletivo de produção. Este fato fundamenta a origem da escola na sociedade escravista, como forma de educação de homens livres, na qual não havia lugar para os escravos, sendo estes educados fora dela, por meio da práxis produtiva de modo a contribuir para uma formação ética e profissional. Ou seja, Mészáros (2005, p.7) “[...] a educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva [...]”.

Mas o que significa precarização do trabalho? Leite Lopes (2011) afirma que o surgimento da noção de precarização parece estar associado às modificações na organização da produção no período pós-fordista, que ganha força dos anos 1990 em diante e que se coloca no sentido de diminuir custos e subtrair direitos da classe trabalhadora. O termo precarização, nesse sentido, estaria também correlacionado às novas práticas de terceirização-passagem de atividades supostamente não essenciais à finalidade do capital. A noção faz sentido também no contexto de um ataque à

sociedade salarial e ao Estado social que foi sendo construída ao longo do século XX nos países centrais da Europa e alguns outros espalhados pelo mundo.

Os estudos sobre a precarização do trabalho nas universidades públicas constituem-se em um campo temático multidisciplinar, instigante e rico, no entanto, a sensação que temos é que os estudos sobre a precarização do trabalho nas instituições públicas de ensino superior (IES), deveriam ser produzidos em maior quantidade. Pouco tem sido debatido acerca da exigência de alta performance no trabalho para o discente universitário, que tem sido obrigado a ajustar-se as novas exigências das relações de trabalho, inclusive para perspectivar um diferencial no currículo, um lugar mais promissor no mercado de trabalho, pós processo de formação na graduação e, principalmente, assegurar as condições materiais que assegurarão a sua existência.

Os conflitos no mercado trabalhista são ocasionados pelas divergências contidas nos interesses de cada um. Como no Capitalismo, lucro sempre foi à palavra chave fica claro e evidente que as insatisfações geram desigualdades e conseqüentemente rivalidades.

A divisão entre as classes sociais são as mais incoerentes e injustas. Com o desenvolvimento tecnológico a mão de obra tornou - se escassa gerando o desemprego, a informação mal passada e a insustentabilidade.

A preferência pela prática tem deixado de lado aqueles que ainda não conseguiram se "formar". E daí a gente pergunta: e como fazer com os jovens que precisam de um ponto de partida?

A diversificação da indústria, a expansão destes serviços precários cresce e com eles crescem os problemas. A problemática é grande e necessário se faz muitos estudos, pesquisas sobre o assunto gerando menos desigualdade e informalidade. A precarização precisa parar de crescer para que tenhamos mais produtividade com mais segurança.

3. METODOLOGIA

Pautando-se, outrossim, no cuidado e na fidedignidade com as categorias e conceitos que julgamos imprescindíveis a definição de qualquer opção metodológica, apropriamo-nos de referenciais analíticos da escola marxista para lastrar uma melhor compreensão do modo como a precarização do trabalho afeta essa instituição pública.

Inspirando-nos, então na "arquitetura metodológica" criada por Almeida (2009), para quem “[...] método e teoria não são objetivos finais de um trabalho científico, mas ferramentas propiciadoras de um melhor entendimento do objeto [...]” (ALMEIDA, 2009, p.16), na pesquisa adotaremos categorias marxianas (precarização do trabalho) e marxistas (trabalho ontológico), o que nos obriga a recorrer a um amplo espectro de

referências bibliográficas, documentais e cartográficas.

Com a constituição desta "arquitetura metodológica" busca-se evidenciar a gênese e as transfigurações sofridas UESB no transcorrer de sua existência. Na mesma medida, busca-se também uma aproximação com 3 aspectos importantes do método histórico, que afinal de contas, são indispensáveis para a comprovação de nosso objeto. Os aspectos indeclináveis do método histórico, nesse trabalho envolvem:

- Analisar a materialidade das relações sociais.
- Analisar as múltiplas determinações postas nos contextos históricos
- Analisar as contradições inerentes nos processos sociais.

Por tudo o que foi dito pode-se afirmar, então, que o processo de precarização do trabalho na UESB, acirra a dupla contradição presente na base de reprodução do sistema capitalista, visto que, ele se estabelece entre a crescente produtividade do trabalho social - força de trabalho -, por um lado, e seu uso repressivo e destrutivo, por outro: trabalho morto e subsumido. Em segundo lugar, a contradição é estabelecida entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos excedentes.

RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados em curto prazo, ou seja, durante o período de vigência do projeto consistem em:

1. Realizar publicações de autoria dos participantes do projeto nos eventos científicos internos e externos a instituição;
2. Preparar artigos de pesquisa para submissão a periódicos;
3. Desenvolvimento e divulgação de informações que apoiem a gestão da UESB tendo em vista a melhoria das condições de trabalho na instituição.

Talvez, no entanto, os principais resultados devam ser esperados a médio e longo prazos, pois, é pela via da divulgação de nossos dados que nosso projeto conta com uma grande maioria de participantes com doutorado recente. Esperamos que através do projeto consigamos o entrosamento desses pesquisadores, colaborando para a consolidação e ampliação das nossas pesquisas sobre a precarização do trabalho.

Um outro aspecto através do qual esperamos obter proveito, é o do reconhecimento dos centros de pesquisa brasileiros a nível internacional. É importante mostrar ao estudante brasileiro que está se formando no exterior que é possível e viável se fazer pesquisa de qualidade no Brasil. Com isso esperamos diminuir a taxa de evasão" de recém-doutores, ou seja, daqueles que decidem não voltar ao país por acharem que não terão condições de progredir profissionalmente. Além disso, poderemos formar um pólo potencial de atração de pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenrolar os fios alinhavados que dão os contornos da “nova” dinâmica do trabalho na universidade pública tem sido difícil, principalmente, porque a realidade concreta coloca a todos que a integram diante do conflito que se estabelece entre os nossos princípios éticos e morais e o assegurar das condições materiais de nossa sobrevivência. O que não se pode abrir mão de realizar, no entanto, é de realizar a crítica a nossa produção, ao modo como construímos e precarizamos as nossas relações dentro do trabalho.

A crítica realizada acerca do sistema produtivista que opera à base da precarização do trabalho tem sido implementada, principalmente, por meio de uma análise crítica aos órgãos de fomento e de avaliação (como CNPq e seus congêneres estaduais) que tende a ver todos os discentes que estão presos aos cordões da produtividade acadêmica como agentes conscientes do sistema e, conseqüentemente, como produtores de suas próprias experiências em condições escolhidas por eles mesmos.

Esquece-se que as circunstâncias em que muitos discentes estão escolhendo o produtivismo são historicamente determinadas, obviedade que deveria desmistificar tal escolha como espontânea. Em grande medida, a produtividade (recompensada monetária e simbolicamente) representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho, a forma atual da subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital. Como os primeiros trabalhadores que internalizaram uma prática econômica com base na frugalidade, poupança e sentimento de compensação espiritual nos começos do capitalismo, enfrentamos hoje com uma dinâmica muito semelhante. Por isso, o risco de não decifrarmos essa realidade e desenvolvermos os melhores instrumentos de luta.

Corroborando a análise de Saviani (2007) pode-se dizer que:

Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da escola. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho.

Mediante as transformações do processo de trabalho tem ocorrido um crescente aumento do processo de precarização. Estamos todos envolvidos nesse processo porque, trata-se como dissemos acima, do duro embate entre o assegurar das condições básicas de nossa sobrevivência e mantermos nossos princípios éticos.

Tendo em vista que estamos apenas no início das pesquisas, onde nos encontramos em fase de construção teórica, em levantamento de dados bibliográficos e documentais, não fomos ainda a campo para ter uma conclusão concreta do projeto, mas nossas pesquisas e participações em eventos que retratam a temática, estão sendo de grande importância para obtermos uma conclusão acerca da precarização do trabalho. Possibilitando uma maior compreensão da realidade acadêmica dando-nos subsídios para aplicar na pesquisa.

Referências

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez. 1984

LEITE LOPES, J.S. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. Revista RET – Rede de Estudos do Trabalho. São Paulo, v. 8, n.º 8, 2011. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/8_%208%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2012.

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. Revista Athic@.

Florianópolis, v. 1, n.º 2 2011. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/16772954.2011v10n2p341>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). História da educação em perspectiva: ensino pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados : EDUFU, 2005.

MÉSZÁROS, IATVÁN. A educação para além do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MARTINS, Sérgio Pinto. “*Direito do Trabalho*”. 16ª ed. atualizada até maio de 2002. São Paulo : Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz . Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PINTO, Geraldo Augusto: A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo- 2 ed. São Paulo: expressão Polular, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. Campinas. Vol.12, n. 34. 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.; Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.